

**AgRg no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.507 - PA  
(2019/0180307-1)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**AGRAVANTE : RUI ANTÔNIO AQUINO DE AZEVEDO**  
**ADVOGADO : WELSON FREITAS CORDEIRO E OUTRO(S) - PA016178**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. IMPROVIMENTO DO RECURSO POR DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE NÃO CONFIGURADA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. NÃO VERIFICADA. ABSOLVIÇÃO DO PACIENTE PELO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. IRRELEVÂNCIA. INDEPENDÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não viola o princípio da colegialidade a decisão monocrática do relator calcada em jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, tendo em vista a possibilidade de submissão do julgado ao exame do órgão colegiado, mediante a interposição de agravo regimental.

2. Toda denúncia penal deve preencher aos requisitos descritos no art. 41, CPP, com a indicação do fato criminoso com as suas especificações, a qualificação do acusado, a classificação do crime e quando necessário o rol de testemunhas, com a finalidade de permitir ao acusado o exercício da ampla defesa e do contraditório. Assim, verifica-se que a peça acusatória encontra-se formalmente em ordem por ser composta de todos os mandamentos legais.

3. A via estreita do *habeas corpus* não comporta revolvimento fático-probatório, devendo a ilegalidade ser constatada de plano, sendo daí inadmissível o trancamento da ação penal em razão das teses de atipicidade da conduta, inexistência de indícios de autoria e materialidade, ausência de nexo de causalidade, inépcia da denúncia e violação ao art. 29, caput, do Código Penal, face a alegada seleção discricionária do recorrente na denúncia e exclusão do outro médico que participou do procedimento cirúrgico, pois carentes de demonstração por meio de instrução processual a ser desenvolvida apropriadamente no curso do processo cognitivo.

4. Embora o Conselho Federal de Medicina tenha concluído pela absolvição do paciente, além de sua análise também necessitar de ampla dilação probatória, incompatível em sede de *habeas corpus*, tem-se que eventual decisão em procedimento administrativo não tem influência no julgamento da ação penal, tendo em vista a independência das instâncias.

5. Agravo regimental improvido.

**ACÓRDÃO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator